



INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

## APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2019

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO  
ADMINISTRATIVA E COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA  
SOCIAL

23 DE OUTUBRO DE 2018, ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Senhora Presidente,

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

É a quarta vez que, com a minha equipa, apresento perante o Parlamento uma proposta do Governo para o Orçamento do Estado, desta vez para o ano de 2019.

Começo por elencar as *“prioridades governativas na área económica do Governo, que se articulam em torno de três eixos:*



- *Novo impulso ao crescimento com bases sólidas e ao emprego, promoção do investimento privado e da internacionalização das empresas portuguesas.*
- *Proteção dos socialmente mais frágeis e promoção da equidade e mobilidade social.*
- *Sustentabilidade das finanças públicas.*

*A sustentabilidade das contas públicas e do endividamento são os princípios basilares da governação.*

*Contudo, mantemos a recusa pela via da austeridade e do aumento da competitividade com base na destruição de postos de trabalho permanentes e da promoção da precariedade, que gera incerteza sobre o rendimento das famílias e destrói o mercado interno.”*

Estes princípios económicos não foram escritos hoje para esta intervenção. Foram retirados do documento “Uma década para Portugal” apresentado em Abril de 2015, que muitos comentaram, mas poucos souberam ler.

Este é o quarto orçamento desta legislatura. Não terem existido exercícios orçamentais adicionais significa que o caminho que traçámos em 2015 estava certo.



Apresentámos quatro orçamentos. Estamos confiantes de que a forma como orçamentalmente percorremos este caminho estava, também ela, certa.

Este quarto orçamento aproxima Portugal dos seus objetivos de médio prazo, os mesmos objetivos que definimos em 2015. Passados três anos podemos dizer que Portugal está hoje mais próximo de atingir um porto seguro que nos permite encarar o futuro com mais tranquilidade.

Para prosseguirmos esse caminho devemos, hoje e nos próximos anos, manter a mesma responsabilidade que tem caracterizado esta legislatura.

Credibilidade e responsabilidade foi o que permitiu o crescimento económico que conhecemos e reconhecemos. Um aumento de 16% de riqueza produzida em Portugal durante a legislatura. 16%! Um crescimento do rendimento disponível e das remunerações de 18% entre 2015 e 2019. Um alívio fiscal que permite que hoje os portugueses paguem menos 1.000 milhões de euros de IRS do que pagariam em 2015. E uma consolidação orçamental rigorosa. São menos 7.500 milhões de euros de défice do que em 2015. E tudo isto efetuado de forma responsável, por todos, e em nome dos portugueses.

Mas não podemos esquecer a redução do peso da dívida pública no PIB — uma queda de 10 p.p. desde 2016 —, o combate ao envelhecimento da população — depois de perdermos 250 mil jovens em apenas quatro anos a população



ativa voltou a crescer —, ou a construção sustentável do Serviço Nacional de Saúde e do sistema de pensões.

A confiança que o País e a estratégia bem-sucedida de consolidação orçamental têm merecido, interna e externamente, resultam de um processo que se iniciou no final de 2015 e que muitos nesta câmara julgavam impossível.

O XXI Governo enfrentou dois processos de sanções da Comissão Europeia em consequência direta de incumprimentos do Governo anterior.

Hoje todos sabemos que os problemas do sistema financeiro tinham sido ocultados, adiados, como se costuma dizer empurrados com a barriga. Com a barriga de quem não supervisionou o que devia e com a de quem conduziu de forma irresponsável a política financeira.

A CGD manteve-se como banco público e foi recapitalizada sem que tal fosse considerado ajuda de Estado e sem desencadear disrupções financeiras. Ao mesmo tempo tomámos as medidas necessárias para a estabilização do sistema financeiro.

Os que previam a catástrofe, clamando por milagres, figuras diabólicas ou simplesmente manipulando os seus modelos económicos para prever cenários



em que preferiam acreditar, não viram as suas profecias tornar-se realidade. Estavam em contramão com a vontade dos portugueses.

Em 2016 ganhámos o direito a sonhar. Por isso, aqueles que ainda não perceberam como é que Portugal pode cumprir devem visitar as suas notas, os seus discursos e previsões e, por uma vez, apenas por uma vez, ter a humildade de assumir que erraram. Os portugueses agradeceriam. Afinal foi possível. Sim, existem sempre alternativas.

Estavam, portanto, enganados. E todos nós nos enganamos e temos dúvidas. Mas não devemos reatar o erro e devemos estar sempre prontos a corrigi-lo com a humildade que deve ter, sempre quem Governa.

Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

O quarto orçamento desta legislatura é histórico. É histórico não apenas pelos números que apresenta, mas porque, pela primeira vez na história da nossa democracia, um Governo cumpriu aquilo que se tinha proposto fazer no início da legislatura.

Não prometemos resultados. Apresentámos um cenário macroeconómico e orçamental credível. Fizemo-lo de forma inédita na política nacional. Os



portugueses conheciam a nossa visão para a execução orçamental. E nós cumprimos.

Aqueles que consideram o enquadramento externo como razão única dos resultados obtidos mostram muito pouca consideração pelo esforço dos portugueses. E têm a obrigação de lhes explicar porque é que Portugal foi o País que teve o melhor desempenho financeiro, económico e do mercado de trabalho da Europa. Conseguirão fazê-lo sem demagogia ou recurso ao sobrenatural? Duvido.

Será que os outros países não tiveram o mesmo enquadramento externo? Ou a sorte é apenas um caminho português? É que ter sorte dá muito trabalho. A sorte foi o resultado do trabalho sério iniciado ainda em 2015.

Hoje não é apenas o PIB que veste Prada. Também o desemprego, a dívida pública, o saldo primário das Administrações Públicas, o investimento e as exportações. E estão onde devem estar: ao serviço dos portugueses, não ao serviço de parangonas que pretenderam culpar esses mesmos portugueses pelos erros de outros. Hoje todos vestimos Portugal. E os portugueses têm orgulho nisso.

Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,



Como Ministro das Finanças não posso deixar de estar satisfeito com o facto de termos as contas certas. Ter finanças públicas equilibradas não só é um marco histórico da nossa democracia, como permite que pela primeira vez Portugal tenha contas normalizadas e semelhantes às da generalidade dos países da Europa.

Os portugueses estavam cansados de retificativos, inconstitucionalidades e incumprimentos. Desenhar um caminho e depois cumpri-lo é a melhor forma de acumular capital social numa economia, num País.

Finanças públicas equilibradas e redução da dívida pública são o melhor investimento que podemos fazer no presente e no futuro. Em 2018, a redução das taxas de juro da dívida pública permitiu ao Estado uma poupança equivalente a 1.250 milhões de euros. E, como todos sabemos, o que não é gasto com juros é despesa que fica para os portugueses, para aumentar o rendimento das famílias e das empresas e para melhorar os serviços públicos.

Finanças públicas equilibradas permitem também oferecer confiança aos portugueses de que o aumento de rendimentos dos últimos anos é sustentável, não volta atrás, e pode continuar nos próximos anos.

Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,



O Orçamento do Estado para 2019 define um marco histórico para Portugal. Pela primeira vez, desde que há registos atualizados e auditados, atinge-se um saldo orçamental muito próximo do equilíbrio entre receitas e despesas, com um défice de 0,2% do PIB.

Em 2019, depois de 19 trimestres de crescimento consecutivo e de convergência com a área do euro, o crescimento de 2,2% do PIB será sustentado em investimento produtivo e no aumento das exportações, ao mesmo tempo que o aumento do consumo privado traduz a recuperação sustentada do rendimento das famílias.

No mercado de trabalho, teremos mais 377 mil pessoas com emprego face a 2015. Mas não é só o emprego que sobe. Os salários também sobem, a produtividade também aumenta. E o desemprego baixa. O endividamento das famílias e das empresas diminui. Estes são os números que verdadeiramente interessam aos portugueses.

A consolidação orçamental estrutural é evidente e reconhecida por todos.

Estimamos um valor de 0,2% de défice em 2019, o mais baixo da nossa história democrática e que não é mais do que a tradução do que delineámos no Programa do Governo. Sim, cumprimos!





Mas o valor do défice não é um fim em si mesmo, é um meio, desde logo para a diminuição dos custos de financiamento das famílias, das empresas e do Estado.

É por isso que o rácio da dívida pública continua em trajetória descendente, para 118,5% em 2019, o que faz com que todas as agências de rating coloquem hoje a dívida da República em grau de investimento, com os menores custos que daí advêm e com a reconquista da credibilidade nacional.

O Orçamento do Estado para 2019 mantém a linha de recuperação de rendimentos e de adoção de políticas justas. Através da concretização da reforma do IRS e do aumento do mínimo de existência, as famílias portuguesas pagarão menos 1.000 milhões de euros em IRS em 2019 em relação a 2015.

As empresas, para além da estabilidade fiscal, beneficiam da dispensa de obrigatoriedade de entrega do PEC, incentivos à capitalização pelo reinvestimento de lucros e apoio ao investimento e à criação de emprego no interior. Estas são medidas que verdadeiramente apoiam a economia, promovem melhores condições de financiamento e valorizam o interior do território.

Também na Administração Pública, as medidas propostas têm subjacente um regresso à normalidade, em linha com o que fomos fazendo ao longo da



legislatura. Foram retomados instrumentos de desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores do Estado, e isso abrangerá uma larga maioria dos trabalhadores em funções públicas.

Promovemos, assim, a equidade e o desempenho de excelência na Administração Pública.

E garantimos o equilíbrio na conjugação dos efeitos dos vários instrumentos repostos. Só assim temos uma Administração Pública capaz de servir o país e com trabalhadores motivados.

Uma legislatura tem uma visão para o País, e esta tem-na claramente, um orçamento consubstancia essa visão.

Este orçamento promove apostas:

- na Habitação, como o Programa 1.º Direito;
- na Proteção para a Inclusão, com a mais importante fase de implementação da Prestação Social para a Inclusão, uma forma eficaz de combate à pobreza;
- na Ciência, com o mais importante programa de emprego científico em muitos anos;



- na Mobilidade com um novo sistema de passes sociais nos transportes aplicados a todo o território, para lhes dar mais harmonia e eficácia.

Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Este Orçamento do Estado, tal como os três anteriores, foi desenhado para promover finanças públicas sustentáveis e crescimento inclusivo.

Não colocaremos em causa as condições essenciais para a economia crescer, nem a sustentabilidade da despesa pública. A revisão da despesa pública, que de forma consciente mas eficiente temos implementado, tem permitido poupanças significativas sem colocar em causa, antes pelo contrário, promovendo os serviços públicos. Um exemplo, a centralização da contratação de energia elétrica permitirá uma poupança de 7 milhões de euros, menos 14%, em 2019. Outro exemplo: a implementação da fatura eletrónica deverá gerar poupanças na ordem dos 19 milhões de euros à administração.

O ano de 2019 vai ser o ano em que vamos introduzir um novo modelo de financiamento na Saúde. Através de um reforço orçamental histórico de 517 milhões de euros e partindo de um endividamento que será historicamente baixo em dezembro de 2018, vamos conseguir ganhos de eficiência na gestão dos hospitais do SNS.



A enorme quantidade de recursos que é colocada ao serviço do SNS deve ter como contrapartida a responsabilização de todos os seus agentes. Todos os hospitais vão alinhar as suas práticas com os hospitais que hoje têm os melhores resultados no sistema público de saúde. Todos vamos ganhar com isso.

Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

O Orçamento de 2019 aprendeu com os anteriores orçamentos e todos são devedores do orçamento de 2016. Aquele que devolveu ao Estado a capacidade de cumprir com os portugueses.

Esta legislatura tem sido caracterizada pelo rigor, pela forma inclusiva com que os orçamentos têm sido elaborados e discutidos.

Cumprir metas! Algo que parecia tão impossível, agora parece fácil. Mas não nos deixemos enganar. Os desafios de 2019 são tão grandes e tão importantes como os de 2016. Um orçamento é feito de equilíbrios e esses equilíbrios devem ser mantidos. E como há sempre alternativas, esta é a nossa alternativa.

Muito obrigado.